

NOVOS SUBSÍDIOS PARA A REVISÃO DE LIMITES (ACRÉSCIMO)
DA TERRA INDÍGENA SORORÓ / PA

Iara Ferraz
antropóloga
dezembro 1996

Incluído no *Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL/PPG-7)*, este trabalho foi solicitado pelo Departamento de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas da FUNAI (de acordo com a Portaria n.907, de 21.10.96), com a finalidade de adequar o processo administrativo de revisão dos limites da Terra Indígena Sororó (PA) ao decreto n.1775/96 e atualizar os dados relativos aos chamados *Suruí do Pará Aikevar*.

I. Caracterização do grupo

1. Filiação linguística/cultural e localização

Os chamados *Suruí do Pará*, que se autodenominam *Aikevar* ("nós", "a gente") são um grupo Tupi do leste amazônico (bacia do Tocantins), classificado em um subconjunto da família Tupi-Guarani (cf. Rodrigues, 1984), que inclui também, com diferenças dialetais, as línguas Tapirapé, Avá-Canoeiro, Asurini do Tocantins, Parakanã, Tenetehara (Guajajara) e Tembé.

A Terra Indígena Sororó está situada no sudeste do Pará, a 100 km ao sul de Marabá, no município de São João do Araguaia (1). A denominação conferida, primeiramente ao Posto da FUNAI (instalado em 1973) e depois à Terra Indígena, refere-se exatamente à localidade até onde se estendia o território *Suruí* a noroeste - o rio Sororó formador do rio Itacaiúnas, tributário da margem esquerda do médio rio Tocantins.

Desde 1988, a maioria dos *Suruí* estão reunidos em uma aldeia, junto às cabeceiras do chamado "Grotão dos Caboclos" (afluente do rio Sororozinho, por sua vez tributário do Sororó), a 4 km da rodovia PA-152, que liga a Transamazônica à São Geraldo do Araguaia e corta a terra indígena em sua porção mais oriental.

Esta rodovia, a antiga OP-2, foi construída pelo Exército em 1972 para facilitar o deslocamento de tropas e material destinados ao combate aos guerrilheiros do Araguaia (cf. CEDI, 1985). Em 1981, atendendo a interesses políticos regionais, este ramal da Transamazônica foi ampliado, teve o traçado alterado e atravessou a terra indígena; ao longo dela

(1) De acordo com as informações do IDESP (Belém), está sendo concluída a cartografia relativa à recente criação de novos municípios com o desmembramento de São João e a localização da Terra Indígena Sororó está agora provavelmente entre Marabá, São Domingos e Brejo Grande do Araguaia.

instalaram-se inúmeros pequenos povoados de trabalhadores rurais, alguns deles em antigos aldeamentos *Suruí* ('Some Home', Lagoa, São Raimundo, etc.), próximos a atual aldeia. Hoje em dia, o tráfego de caminhões de madeireiros e carregados de calcáreo (de Xambioá /TO para as indústrias siderúrgicas de Marabá) vem se intensificando, pois aquele ramal da Transamazônica diminui em cerca de 200 km a distância entre o sudeste do Pará e o estado de Tocantins.

2. Histórico do contato: as pressões dos castanheiros e os encontros com os dominicanos

Desde o início deste século, foram os garimpos de cristal de rocha no baixo Araguaia que determinaram uma maior penetração de regionais nas terras *Suruí*, compreendidas entre o rio Vermelho, a noroeste, até às proximidades de Conceição do Araguaia, onde chegavam os *Tapirapé*, grupo com o qual há registros de relações amistosas. Datam desta época as incursões ao rio Vermelho onde, ao contrário, guerreavam com os *Kaiapó-Xikrin* (cf. Vidal, 1977:30), por eles chamados *karajá*, denominação genérica para "outros índios".

Entre os viajantes do baixo Araguaia no final do século passado, uma das primeiras informações obtidas das incursões dos *Suruí* ("um grupo distinto dos *Tapirapé*") nas proximidades de Santa Isabel (PA) é de Frei Gil Vilanova O.P. (1891), em uma das várias expedições que fizera para avistar-se com os *Kaiapó*.

Com a exploração do caucho e da castanha-do-Pará na região (década de 20), desencadearam-se os conflitos com os *Suruí*, levando-os a se deslocarem em direção às cabeceiras do rio Sororó. De acordo Laraia, autor de um dos poucos trabalhos publicados sobre os *Suruí* (1967), os registros de Pe. Antonio Sala, em abril de 1923, assinalam a presença deles nas proximidades de Santa Isabel. E, na década de 30, começaram os enfrentamentos com os trabalhadores daqueles castanhais controlados por comerciantes e chefes políticos locais que, em conflito com os *Suruí*, tinham obtido títulos de aforamento sobre aquelas terras (2).

Conforme os relatos vividos de *Mykwá*, o homem mais velho do grupo (atualmente com cerca de 80 anos), ele era rapaz (20 anos), quando os castanheiros iam estabelecendo 'colocações'

(2)Direito real alienável e transmissível aos herdeiros (concedido pelo Estado sobre terras da União), "que confere o pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar um foro anual, em numerário ou frutos" (cf. Novo Dicionário Aurélio, também chamado *enfiteuse*).

(barracões nos castanhais), aproximando-se de seus acampamentos de caça; no local chamado 'Cajueiro', situado junto a uma aldeia, em 1947 (cf. Laraia, 1967) os *Suruí* tentaram aproximação e foram repelidos com violência (marcas de balas são visíveis no corpo de *Mykwá*). De acordo com os relatos, emboscadas, tiroteios, incêndios provocados de aldeias e depois as doenças ocasionaram uma depopulação acentuada na década de 40. Era "o tempo do Cariolano", como os mais velhos se lembram deste período dos ataques às aldeias e das fugas, referindo-se a um tal Coriolano, encarregado de "barracão" que ficou conhecido pela violência contra os índios naquela região do baixo Araguaia.

Os dominicanos já prestavam assistência aos chamados *Diôre*, os *Xikrin* do Cateté que designavam os *Suruí* por "*Mudjetire*", "estojo peniano grande" (em língua kaiapó), denominação adotada pelos missionários que assistiram também este grupo desde os primeiros contatos. Passaram a ser conhecidos por *Suruí* a partir das expedições de frei Gil Gomes Leitão O.P., da prelazia de Marabá, que no início da década de 50 fora designado para o trabalho entre os índios do baixo Araguaia.

Conforme os apontamentos de frei Anselmo Vilar de Carvalho, O.P.(1958), a primeira tentativa de contato amistoso com os *Suruí* foi realizada em agosto de 1951, por uma expedição organizada por frei Gil:

"Eram 15 pessoas, ente os "muleiros" e alguns índios de diferentes idiomas, sem contar o frei Gil e o José Crá, grande mateiro que desde a idade de 15 anos tem varado as matas do Xingu e do Araguaia (...) Andando certa vez varando pelas matas que ficam além da Serra dos Martírios, dizia ele ter encontrado uma aldeia de índios "bravos" (...) Este prometeu, apesar da mata ser desabitada, desprovida de caminhos, (...) colocar o frei Gil, se este o quizesse, na tal aldeia. Não poderia, entretanto, garantir quantos dias levariam à procura dos índios. (...) Foram vinte e oito dias de viagem. (...) No dia 7 de setembro encontram um pequeno acampamento de caça, com 14 casas baixas, abandonadas. Em frente, um caminho largo e limpo que levava à aldeia. Os índios não estavam lá, mas havia sinais certos de que tinham se retirado há pouco tempo, questão de horas, talvez com receio do encontro. Segundo me contou o próprio José Crá, este percebeu rastros novos, em direção à mata. O frei Gil depositou vários presentes à porta das casas e voltou para Conceição." (Cf. Carvalho, op.cit.:2).

Com o objetivo de encontrar os "índios Muxená", em julho de 1953, uma nova expedição foi organizada pelos dominicanos, e relatada por frei Gil Gomes O.P.(cf. Carvalho, *idem*:3):

"... desta vez tivemos pleno êxito(...) No dia 2 de agosto chegamos a Santa Cruz, povoação de umas 400 almas; logo

no dia seguinte tomamos o caminho da floresta, acompanhados de 4 burros carregados de provisões e presentes (...). No dia 7 deixamos os burros sob a guarda de dois de nossos homens, para podermos melhor penetrar no fechado da floresta, e no dia seguinte, pela manhã, estávamos prontos para a nossa última etapa. Depois de mais ou menos 3 horas de marcha, seguindo a pista assinalada por leves entalhes sobre os troncos das árvores, encontramos rastros bem recentes de índios. Deviam ter passado por aí dois ou três dias antes, bastante numerosos. Logo em seguida descobrimos a "picada" dos índios, isto é, o caminho construído por eles em direção às roças (...). Estávamos agora bem perto da aldeia, e avançávamos normalmente, sem armas, presentes às mãos, sem dar a impressão de alguém que quer se esconder. Ainda uns vinte passos e, mais ou menos dissimulada pelas árvores, surge a aldeia, em primeiro lugar uma cabana na qual 3 índios se balançavam, deitados em redes (...). Continuamos a avançar, em fila indiana. De repente, um grande grito: um dos índios nos viu... os outros lhes respondem e é o alerta geral; num segundo, todos os homens têm seus feixes de flexas debaixo do braço; um grupo foge em direção à segunda aldeia um outro corre em direção às roças. Respondemos a essa fuga avançando cada vez mais, erguendo os presentes e gritando; - "Amigo! Bom! Pega!" E assim chegamos à praça central da aldeia. Os índios reconheceram certamente o hábito dominicano (branco), pois se bem que não nos tenham aparecido das vezes anteriores, certamente nos viram chegar."

Outras quatro expedições se seguiram entre outubro de 1953 e dezembro de 1956, tendo os dominicanos encontrado a aldeia vazia. Em abril de 1958, o diário de frei Gil (cf. Carvalho, *idem*:5) registrou novo encontro:

"Passando mais de um ano que não os visitava, resolvi chegar até à aldeia Mujetire por uma nova estrada. Seria a sétima(oitava?) visita a esses bons amigos. Subi o Sororozinho de "penta" até a fortaleza do Almir Morais. Com seis companheiros entrei na mata, seguindo o caminho dos castanheiros até a última 'colocação', a Borracheira. Um dia de viagem a cavalo. Deixando dois homens para olharem os animais rumei para a aldeia com quatro homens, bons mateiros. Com dois dias de viagem a pé, saco às costas, conseguimos encontrar a grande estrada dos índios. Grandes serras, mata alta, igarapés numerosos, íamos caminhando pela estrada quando de repente apresentou-se em nossa frente um belo índio, todo pintado e enfeitado, segurando arco e flexas na mão. Levantando os braços gritou-nos: "-Camará! camará!" Corri e abracei-o. Indicou-nos a direção da aldeia e ficando atrás mandou-nos seguir às casas. Fui atrás, com ele, conversando como pude. Pelo que entendi, soube que nos haviam visto e viera ao nosso encontro."

Em fins da década de 50, após anos de pressões violentas, os *Suruí* estavam num local chamado hoje "casa velha", junto ao Grotão dos Caboclos (a cerca de 4 km da atual aldeia) onde, até 1988, tiveram um aldeamento (e onde a FUNAI construiu a primeira sede do posto).

Em agosto de 1958, frei Anselmo mencionou em seu diário um enfrentamento havido no ano anterior entre castanheiros e os *Suruí* na localidade chamada "Fortaleza", "barracão" e sede de castanhal que tinha sido instalado por Almir Moraes no rio Sororozinho; por medida de estratégia, os índios retiravam-se da aldeia, refugiando-se na mata, em direção às pequenas cabeceiras. Naquela expedição, o auxílio de um intérprete Tapirapé aproximou-os definitivamente (*idem*:10):

"Estávamos no interior da casa grande, observando detalhes e material, quando ouvimos, de fora, um grito: - 'Camará!'. Corremos para fora e um velhinho veio se aproximando, desconfiado, olhando para todos os lados. Respondemos: "Camará!" e fomos ao seu encontro. Era o primeiro Muxená que víamos (3). Entregamos alguns presentes, acendi um cigarro para ele, que aceitou, bem como a caixa de fósforos... e aí entrou em ação o valoroso e inteligente Tapirapé Julião. Das outras vezes, os Tapirapé que os padres tinham levado, disseram que nada tinham entendido, ou quase nada (o medo era tanto que nada podiam entender). O nosso amigo Julião, que nos acompanhava pela primeira vez (pois nenhum dos outros ousou mais nos acompanhar e se apresentavam vestidos à sertaneja e de cabelos cortados), não teve medo algum. Ele foi bem preparado, estrategicamente preparado: não quis cortar seus cabelos, não apagou suas pinturas e, na hora que o velho Muxená se apresentou, o Julião estava sorridente, cabelos longos, à moda Tapirapé, como a querer dizer ao velho que 'um índio, bem parecido com eles andava junto com aqueles homens de branco'. Foi logo abraçá-lo e, para nossa estupefação, olhou para mim e disse todo sorridente:
- "Entendo quase tudo o que ele me diz, e ele me entende!" Tínhamos assim realmente um intérprete!
"Daí em diante começamos a conversar, o Julião sempre traduzindo o que entendia. Perguntamos onde estavam os outros e o velho respondeu que estavam escondidos por perto, com medo de nós. Julião fez-lhe ver que vínhamos em missão pacífica, e o velho começou então a gritar em altas vozes que os outros se aproximassem, pois éramos amigos (...). Tinham respondido que falariam conosco 'na estrada, depois da ponte' (a estrada aí é muito estreita e o José Crô teve medo de uma armadilha). Mesmo assim fomos ao local do encontro marcado. Lá começaram a aparecer os índios por todos os lados e em longa distância, o que nos

3) Houve confusão entre o nome do grupo e o nome pessoal do chefe *Muxená*.

fez compreender que, passando há pouco pela mesma estrada, tínhamos sido seguidos e observados ao longo de um respeitável percurso, sem de nada termos desconfiado."

Os relatos dos componentes mais velhos do grupo sobre este período dos encontros revelam a grande desconfiança que tinham em relação aos *kamará* (4) e que todas as expedições dos padres ("a gente de roupa branca") foram vigiadas cuidadosamente por eles, pois a tática da aproximação com cigarros, fósforos (e até facões) também era usada nas emboscadas dos castanheiros durante as estações chuvosas.

Durante cerca de quinze anos a assistência aos *Suruí* foi prestada pelo próprio frei Gil e as invasões eram frequentes nos períodos de ausência do missionário. De acordo com as observações de Laraia (*op.cit.*:47), o contato com sertanejos e caçadores de peles, "recebidos com ilimitada confiança" pelos *Suruí* após a morte do velho chefe e xamã *Muxená* (março de 1960), foi marcado por epidemias, principalmente de gripe, tendo havido muitas mortes. Verificou-se também o desuso de muitos dos costumes tradicionais, como o tipo de construção de casas (grandes, com telhados abaulados), o corte de cabelos, as pinturas corporais e a cerâmica.

Assim, nos últimos quarenta anos, as mudanças de aldeias dos *Suruí* se deram no interior de um mesmo território ao qual ficaram confinados; deslocaram-se quantas vezes foram necessárias para se refugiarem, primeiramente dos Kaiapó e, depois, das inúmeras pressões exercidas pela sociedade nacional.

3. Organização sócio-econômica e aspectos cosmológicos

Um crescente intercâmbio com a sociedade regional ocasionou mudanças profundas no sistema de organização social *Suruí*, quanto à distribuição espacial das casas em uma única aldeia, às regras de casamento (exogâmico) e residência (patrilocal), além da especialização clânica e da introdução de novos valores. Conforme observou Laraia (*idem*:43-44), os *Suruí* dividem-se em grupos de descendência patrilinear exogâmicos ("clãs"): *koací-arúo*, *saopakania*, *karajá*, *ynataiú* e *ka'iuú* (5). Estes grupos possuem uma chefia e atribuições específicas, como caça, coleta, práticas agrícolas, etc.

É possível observar entre os *Suruí*, assim como nas demais sociedades Tupi contemporâneas, que estes conjuntos de unidades familiares correspondem a círculos de poder relativamente independentes e, por vezes, com interesses antagônicos; alianças e fissões costumam, assim, operar com

(4) *Kamará*, *tori* ou *varasu* - os três termos são indistintamente usados para designar os "brancos".

frequência na dinâmica destas sociedades e as separações espaciais, em geral nas proximidades da aldeia, expressam estas diferenças.

Alguns destes clãs, como os *karajá*, contam hoje com poucos representantes, pois não houve descendência (se não há filhos do sexo masculino, de acordo com a regra patrilinear, não há descendência clânica); já entre os *saopakania*, são frequentes os casamentos (endogâmicos) rompendo, portanto, a regra.

As especializações e a exogamia clânicas são responsáveis pela segmentação em vários grupos, sobretudo na estação seca, quando as famílias extensas saem em expedições de caça e coleta na floresta, ou mesmo para as atividades agrícolas (as roças estão situadas num raio que varia de 2 a 6 km da aldeia); nestas temporadas, permanecem em habitações provisórias afastadas do núcleo da aldeia.

A chefia tradicional de todo o grupo pertence aos *koaci-arúo* (quati), descendentes diretos de *Mahira*, herói civilizador; de acordo com a cosmologia *Suruí*, só os descendentes dos heróis civilizadores podem ser *morubixava*, insígnia para os chefes políticos e xamãs, responsáveis pela condução de todo o grupo. Assim, a despeito da unicidade étnica, a unidade do grupo (manifesta por exemplo na formação de "roças da comunidade") é, em geral, "construída" pelos agentes da FUNAI (e outros), diante da dificuldade de compreender as diferenciações internas e, conseqüentemente, de lidar com elas.

São principalmente as mortes que determinam as mudanças e reconstrução de novas aldeias (ver croquis Anexo 1); é preciso "esquecer o morto" (sic, *Avassa'í*) para que ele se reintegre ao mundo dos espíritos; para os *Suruí*, assim como para outras sociedades Tupi (cf. Viveiros de Castro, 1986) vida e a morte são processos que formam um *continuum*, em cujo eixo podem intervir os xamãs; o sistema de nomeação também é um dos operadores deste *continuum*, à medida em que os nomes pessoais (buscados em sonhos pelos xamãs) retornam, em geral, a cada duas (ou três) gerações e cada clã parece possuir o seu conjunto finito de nomes próprios.

As práticas xamanísticas de cura parecem não ser frequentes, mas não caíram em desuso (o atual monitor de saúde, por exemplo, confere extrema importância a estas práticas tradicionais e afirma ser um "aprendiz" de xamã); a realização de rituais, por sua vez, se intensifica por ocasião do plantio de novos roçados (derrubada de novas áreas). Estas práticas talvez não se verifiquem com a frequência observada entre outros grupos Tupi-Guarani, mas

(5) As duas últimas denominações parecem ter substituído *pindawa* e *yvyra*, registradas à época dos estudos de Laraia (1961).

revestem-se de grande importância e significado para os *Suruí*, enquanto expressão de sua identidade e de um sistema de valores que se reafirma permanentemente, em contraposição às pressões da sociedade nacional.

A coleta e comercialização da castanha (realizada também pelos grupos familiares) constitui-se a única atividade que vinha lhes propiciando algum rendimento (até o incêndio ocorrido em 1995 - ver adiante), com vistas à aquisição de bens industrializados que se tornaram indispensáveis (roupas, panelas, sabão, querosene, munição, etc.).

A dieta *Suruí* continua baseada na caça (jabotis, queixadas, veados, antas, macacos, guaribas) e na coleta de frutos silvestres (principalmente castanha, cupuaçu, bacaba e açaí) apesar da escassez crescente destes recursos naturais naquela área. A pesca não ocupa lugar de destaque enquanto fonte de obtenção de alimentos, dada a própria inexistência de mananciais na área onde estão confinados (cabeceras do *Tieté*, o chamado "Grotão dos Caboclos"); na aldeia há um poço semi-artesiano cuja água é utilizada para consumo (beber e cozinhar).

A drástica redução territorial sofrida e o crescimento populacional verificado nos últimos vinte anos traduzem-se atualmente nas deficiências alimentares (sobretudo protéica) e, de um modo geral, no quadro de saúde debilitada da população, como demonstram os inúmeros casos de desnutrição infantil e pneumonia ocorridos no último ano.

O suporte na agricultura familiar de subsistência dá-se com alta rotatividade de aproveitamento de capoeiras; através do sistema de "coivara" (derrubada ou broca, queima e plantio), as famílias nucleares têm suas roças de milho, mandioca, batatas, milho, fava, inhame, algodão e diferentes cultivares de bananas, além de arroz, introduzido com o contato.

Em geral junto às casas (muitas vezes sem cercas), os *Suruí* criam animais domésticos com muita habilidade, especialmente muares, utilizados para transporte na região do baixo Araguaia. Todos os homens adultos têm seus muares na aldeia; duas famílias dispõem de um pequeno rebanho (bovino e caprino) para consumo doméstico de leite.

4. Relações com regionais e com outros grupos indígenas

Conforme mencionado, no decorrer dos últimos trinta anos intensificaram-se as relações dos *Suruí* com os regionais, sobretudo após a ampliação da rodovia (que, sem sinalização adequada, corta a terra indígena) que diminuiu em 200 km a distância entre o sudeste do Pará e o estado de Tocantins.

O incêndio na Terra Indígena Sororó ocorrido em setembro de 1995 (noticiado na grande imprensa) foi provocado pela queimada de pastagens limítrofes a leste e ao norte (de acordo com eles e com o laudo do IBAMA, mas sem perícia, conforme indicado - ver Anexo 2) e teve como consequência uma devastação ainda mais acentuada: no auge da estação seca na região, cerca de 70% da vegetação constituída por floresta primária no interior da terra indígena foram queimados com toda a caça que encontrava refúgio naquela área remanescente.

A pedido dos *Suruí*, os técnicos do CAT (Centro Agro-Ambiental do Araguaia-Tocantins, instituição com sede em Marabá e ligada à Universidade Federal do Pará) que visitaram a área após a ocorrência do sinistro, avaliaram que a capacidade de regeneração da floresta é relativamente lenta naquela região, onde os desmatamentos no entorno da TI Sororó estão se avolumando com a formação indiscriminada de pastagens em maior extensão; nenhuma medida efetiva de proteção ou precaução vem sendo tomada em relação às queimadas nos limites (possivelmente criminosas), nem tampouco quanto ao fato de as cercas de arame farpado destas pretensas propriedades vizinhas, a cada ano avançarem mais para o interior da terra indígena, conforme alertam os *Suruí*.

A situação atual aponta para um processo de reconcentração fundiária descontrolada, que se verifica também em outras regiões da Amazônia, com graves consequências para os povos indígenas; ali, apesar das inúmeras "licenças de ocupação" que foram concedidas pelo INCRA (e GETAT) nas décadas de 70 e 80, ao instalar projetos de assentamento de pequenos produtores para que se fixassem na região, a expansão camponesa avança para o oeste (em direção à bacia do rio Xingu); assim, os lotes são "comprados" em geral por "grileiros" que se transformam em "fazendeiros" (embora inexista titulação, a não ser através de manobras políticas e cartoriais).

Recentemente, as notícias de que muitos destes "colonos" estão "vendendo" suas posses apontam, para os *Suruí*, a possibilidade de recuperar - ainda que parcialmente, nos limites norte, oeste e sul - as terras que foram excluídas da demarcação efetuada em 1977.

A dinâmica da expansão camponesa pressionada pelas frentes agropecuárias contou, num passado recente, com as benesses dos "caboclos" (forma como os *Suruí* são chamados pelos regionais), que 'cederam' porções significativas de seu território às povoações hoje localizadas à beira da rodovia (limite leste), na realidade antigas aldeias e cemitérios. Não são raras as relações de troca, compadrio ou "meia" (para o fabrico de farinha, por exemplo) com estes moradores.

Assim, vigilância que os *Suruí* exercem sobre seu atual território está (ou esteve) calcada nas relações que

estabeleceram com a população das vizinhanças; no entanto, a invasão ocorrida em maio de 1995 - pela primeira vez, nas proporções em que se verificou (6) - revelou aos *Suruí*, por um lado, a extrema fragilidade destas "alianças" que pareciam garantir o "respeito" (sic) aos limites, e por outro, a presença de uma legião de novos migrantes na região, cujo controle, eles não detêm.

O número relativamente pequeno de homens adultos dispostos ao confronto com os invasores obrigou-os, naquela ocasião, a solicitar reforço dos agentes da FUNAI e da polícia federal em Marabá; na ocasião, apenas 12 pessoas foram capturadas (7 numa localidade e 5 noutra) e levadas à aldeia; remetendo (ainda que de forma ritual) ao destino tradicional dos inimigos capturados em expedições guerreiras (em geral, a morte), as mulheres *Suruí* se encarregaram dos "presos" que, no dia seguinte, foram levados à Marabá e autuados pela polícia federal. Eram todos moradores das redondezas e sabedores de que aquela "área da FUNAI" (sic) goza de proteção federal.

O fato ocorrido evidenciou também para os *Suruí* a necessidade de aprimorar um sistema próprio de vigilância e fiscalização permanentes do limites da área, através da maior frequência das expedições de caça e coleta.

Através da atuação do CIMI (Conselho Missionário Indigenista) entre os *Suruí* desde o início da década de 80, intensificou-se a sua participação em reuniões com outros grupos da mesma filiação cultural e linguística, mais recentemente, através da *Articulação Nacional dos Povos Tupi na Amazônia* (ANTAPAMA), para discussão de assuntos de interesse comum.

Em meados da década de 80, diante da aparente não disponibilidade de rapazes solteiros (de acordo com as regras dos clãs exogâmicos) e por interveniência dos agentes do CIMI houve quatro casamentos de jovens *Suruí* com rapazes *Parakanã*, após o nascimento dos primogênitos, elas foram levadas para a área Parakanã (do Tocantins), onde permanecem até hoje (duas em *Marudjewara* e uma em *Paranatiga*), exceto uma das mulheres que, dois anos depois, retornou à casa paterna (dos dois filhos nascidos deste casamento, o primogênito foi raptado pelo ex-marido *Parakanã* em visita à aldeia *Suruí*). Apesar dos casamentos, não parece haver, contudo, relações de aliança efetiva estabelecidas entre os dois grupos.

(6) Foi um religioso (CIMI) quem denunciou formalmente, em 22.5.95, junto à Unidade Avançada do INCRA de São Geraldo do Araguaia a invasão da terra indígena por "cerca de 500 pessoas que estavam abrindo picadas e cortando lotes no seu interior"; no dia 6 de junho seguinte, os agentes da FUNAI e da PF entraram na área.

Em meados da década de 80, a indisponibilidade de servidores e a própria falência no sistema administrativo local da FUNAI levou a agência governamental a contratar (sem preparo ou mesmo concurso público) membros das comunidades indígenas para desempenhar, na aldeia de origem, o cargo de "chefe de posto" (desde 1973, esta função era exercida pelos "técnicos indigenistas"). Este foi o caso no Sororó, promovendo assim uma ambigüidade de papéis no interior daquela sociedade, onde muitas vezes os interesses corporativos são distintos daqueles da comunidade.

5 - Aspectos demográficos da sociedade *Suruí*

Decorridos quarenta anos de contato dos *Suruí* com a sociedade nacional, é possível observar um processo de lenta recuperação e crescimento demográfico. Ao final de década de 50 - época dos primeiros encontros e registros dos missionários dominicanos - a população *Suruí* estava estimada em cerca de 100 pessoas (cf. Laraia, *idem* 29). Apesar da assistência dos missionários, seguiu-se um período de intensificação dos contatos com regionais, ocasionando epidemias de gripe e acentuada depopulação num curto espaço de tempo.

No início da década de 60, a população registrada por Laraia era de 40 pessoas (*idem* 30); de acordo com a perspectiva da fricção interétnica, que orientava aqueles trabalhos (situação geográfica do grupo combinada com a natureza da frente pioneira da sociedade nacional), um processo de marginalização dos *Suruí* foi aventado como hipótese de sobrevivência (e não desaparecimento como sociedade etnicamente diferenciada); não parecia possível prever a sua recuperação e o crescimento populacional.

Os registros e dados censitários relativos aos *Suruí* só passaram a ser sistematizados a partir da instalação do posto da FUNAI, em 1973. Em março de 1975, a população era de 64 pessoas, sendo 29 do sexo masculino e 35 do sexo feminino (cf. Queiroz, 1975); já em 1976, eram 74 indivíduos, sendo 35 homens e 39 mulheres (cf. Ferraz, 1976).

O salto havido nos anos seguintes evidencia o crescimento ocorrido: em fevereiro de 1985 (cf. Ferraz, 1985a), a população *Suruí* era de 105 pessoas (54 mulheres e 51 homens) e em novembro do mesmo ano eram 111 indivíduos (cf. Ferraz, 1985c); observava-se ainda que o número de nascimentos de indivíduos do sexo masculino tinha diminuído em razão inversamente proporcional ao aumento de nascimentos de indivíduos do sexo feminino, tendência que viria a se traduzir em ligeiro desequilíbrio demográfico, inverso àquele observado por Laraia em 1961 (que motivara os arranjos poliândricos em função da reprodução dos clãs).

Em julho de 1991, de acordo com os dados do Dr. João Paulo Botelho Vieira Fo. (Escola Paulista de Medicina) que os assiste desde o início dos anos 70, a população *Suruí* era de 141 indivíduos e o crescimento registrado entre julho de 1988 a julho de 1991 foi de 15,5% (cf. Vieira Fo., 1991).

Atualmente (novembro de 1996), a população total *Suruí* é de 167 pessoas, sendo 153 na aldeia (87 mulheres e 80 homens) e 14 em São Domingos; no decorrer deste período (1976-1996), 9 regionais (3 do sexo feminino e 6 do sexo masculino) se agregaram aos *Suruí* através de casamentos. Há ainda 3 mulheres (não incluídas aqui) que se casaram com rapazes *Parakanã*, tendo se transferido para aquelas aldeias, conforme mencionado acima. É possível observar atualmente que alguns arranjos poligínicos substituíram os casamentos interétnicos com rapazes *Parakanã*.

Em São Domingos do Araguaia moram atualmente 14 *Suruí* (todos solteiros), sendo 9 do sexo feminino e 5 rapazes; a maioria são estudantes em fase de conclusão do 1.º grau (na aldeia funciona uma escola de 1.ª a 4.ª séries, com monitores indígenas); há ainda uma mulher *Suruí* casada com regional e seus três filhos, que moram a noroeste da área, num antigo castanhal chamado "*Passa Bem*", localidade excluída dos atuais limites da terra indígena. Não foram computados nestes dados aqueles indivíduos que estão desaldeados, morando em centros urbanos mais distantes e que praticamente mantêm relações esporádicas com os parentes na aldeia: uma mulher (25 anos) e três rapazes (entre 15 e 20 anos), seus irmãos mais moços (estão em Xinguara) e um rapaz (o irmão mais velho destes, hoje com 27 anos), que mora em Tucuruí.

No período compreendido entre 1976 e 1996, verificou-se uma taxa de crescimento populacional de 4,06% ao ano, o que permite estimar que a população *Suruí* duplica num intervalo de 17,24 anos, mantidas as baixas taxas de mortalidade infantil (e geral) igualmente verificadas. Ou seja, se hoje os recursos naturais já são insuficientes, a situação será ainda pior no ano de 2013, quando a população será de 334 pessoas.

QUADRO I - CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO *SURUI*

	1990 - 1996		1990 - 1996	
	nascimentos		mortes	
	fem.	masc.	fem.	masc.
1990	5	8	-	-
1991	2	6	1	2
1992	5	1	-	-
1993	7	5	-	-
1994	5	3	1	-
1995	6	1	1	-
1996	3	2	2	-

Fonte: PI Sororó, nov.96.

QUADRO II - POPULAÇÃO *SURUI* - NOVEMBRO 1996

	fem.	masc.	regionais	
			fem.	masc.
0-10 anos	42	34	-	3
11-20	19	20	1	-
21-30	13	11	-	-
31-40	5	4	2	3
41-50	5	4	-	-
51-60	2	3	-	-
61-70	-	3	-	-
70 e mais	1	1	-	-
Sub-totais	87	80	3	6
TOTAIS	167		9	

De acordo com estes dados, as faixas de concentração na pirâmide etária (ver Anexo 3) revelam que 45,5% da população atual é composta por crianças de 0 a 10 anos e 23,35% correspondem à população que tem entre 11 e 20 anos, evidenciando o elevado crescimento populacional havido entre os *Suruí*.

II - O processo de regularização fundiária da TI Sororó

A apresentação de uma breve cronologia dos principais atos administrativos (e contexto político) que compõem o processo de regularização fundiária da TI Sororó - processos FUNAI ns. 1490/77, 3071/77, 3638/77, 1494/82 e 1778/82 - permitirá verificar que está eivado de toda sorte de problemas, cujas tentativas de solução sempre ficaram aquém das reais possibilidades de proteção aos direitos territoriais dos *Suruí* da TI Sororó, situados na conturbada região do sul do Pará. Equívocos de natureza política permearam este processo e traduzem agora a necessidade efetiva de sua reparação, ainda que tardia.

- Decreto n. 63.367 de 08.10.68 interditou uma área de 5.000 hectares, acrescida de 1.900 ha em 1969 por solicitação de frei Gil Gomes Leitão, dominicano da Prelazia de Marabá que, desde os contatos iniciais com os *Suruí* (1958), prestava-lhes assistência;

- Portaria FUNAI 40/n de 20.12.71 criou o Posto Indígena Sororó, instalado em 28.7.73, período da repressão ao Movimento Guerrilheiro do Araguaia na mesma região (v. mapa e depoimento, ANEXO 4); como "recompensa", houve promessas por parte de representantes das Forças Armadas de "tratar da demarcação" da área indígena;

- relatório GT FUNAI/RADAM (18.08.76) ressaltou a necessidade de "devolução" das áreas (castanhais) denominadas "Cajueiro" e "Fortaleza", das quais comerciantes e políticos regionais, em conflito com os *Suruí*, haviam se apoderado através de títulos de aforamento;

- 04.11.76, portaria 93/P criou um Grupo de Trabalho (vinculado então ao Depto. Geral de Operações da FUNAI) coordenado pelo ex-chefe daquele PI para realizar em campo (na função de "antropólogo") a identificação e ampliação da área (interditada em 1968), para a sua demarcação administrativa, tendo resultado uma proposta do "contorno da área mínima" (cf. p.64 ref. Proc.1778/82) com cerca de 23.000 hectares;

- maio 1977: empresa PLANTEL contratada para realizar os serviços topográficos de demarcação; em julho, os trabalhos foram interrompidos pelos *Suruí*, uma vez que inúmeros castanhais estavam sendo excluídos;

- portaria 306/P de 11.08.77 criou GT formado por um técnico (desenhista) e o antropólogo (que identificara a área) para verificar in loco os "problemas" havidos. Em Marabá - e não no terreno - representantes da empresa executora dos serviços topográficos (AMAZONORTE Ltda.) reconheceram erro de interpretação cartográfica e a conseqüente exclusão de antigas aldeias no limite leste (Aldeinha e Deserto), área disputada por um comerciante de Marabá (Antonio Braga);

- 30.08.77 - solicitada retificação do memorial descritivo por edital; em 09.09.77, determinada a vistoria nos serviços topográficos para fins de pagamento à PLANTEL (que alegava perda de 20 km de demarcação efetuada). Vistoria realizada em outubro seguinte deu os trabalhos por concluídos, "apesar de novos erros"; retificação do edital (DOU em 29.03.78) da área demarcada com 26.257,8956 hectares;

- Informação 063/DGPI/82 do chefe da Divisão Fundiária solicita homologação da demarcação da TI Sororó e cancelamento do registro imobiliário dos títulos sobrepostos na área indígena;

- 14.08.82, carta ao presidente da FUNAI (gestão Paulo Moreira Leal) enviada por Dr. João Paulo Botelho Vieira Fo. da Escola Paulista de Medicina (que, pessoalmente, prestara assistência durante anos aos *Suruí*), enquanto consultor do Convênio CVRD/FUNAI (Projeto Ferro-Carajás), alertou para os

erros cometidos na demarcação de 1977, quando "cerca de 40.000 hectares" foram excluídos da área reivindicada. Um croquis em anexo apontava que, a oeste e ao norte, porções significativas do território tradicional - antigas aldeias, cemitérios, depósitos de argila, áreas de caça e, sobretudo, castanhais - haviam sido excluídas por pressões de pretensos 'donos de castanhais' e do poder local;

- 20.10.82: resposta do presidente da FUNAI ao médico consultor, afirmando que "*a FUNAI vai envidar os maiores esforços para devolver àqueles índios o que lhes pertence, mesmo sabendo que isto ensejará toda sorte de pressão*". O diretor interino do DGPI sugeriu a formação de um GT para estudar o acréscimo necessário, conforme apontado e, em dezembro de 1982, o mesmo servidor indicou a necessidade de retenção do processo de homologação até a conclusão do estudo proposto; no mesmo dia o presidente da FUNAI após a sua concordância àquele parecer. No entanto, o então diretor titular do DGPI fez prosseguir o processo de homologação;

- 08.04.83: carta de *Tiremé Suruí* à presidência da FUNAI e relatório da antropóloga consultora do Convênio CVRD/FUNAI reiterando a necessidade de revisão da demarcação efetuada em 1977, a fim de possibilitar a sobrevivência digna dos *Suruí* (cf. Ferraz, 1983 a);

- com base na vigência do decreto n. 88.118/83, em 10.05.83 DGPI enviou um radiograma à então 2a. Delegacia Regional (Belém) solicitando informações sobre a situação fundiária do Sororó; laconicamente, a resposta obtida mencionava os processos existentes no Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), relativos aos latifundiários regionais que tiveram seus interesses prejudicados com a demarcação da terra indígena (Almir Queiroz de Moraes e Antonio Braga); um novo radiograma (23.05) reiterou solicitação de informações "acerca dos 40.000 hectares" (apontados na carta do médico consultor), tendo permanecido sem resposta até 02.09.83 (dois dias após a homologação da área);

- mudanças administrativas na FUNAI: com a gestão de Octávio Ferreira Lima, o decreto n. 88.648 (DOU 31.08.83) homologou a Terra Indígena Sororó, repleta de erros e desconsiderando pareceres relativos à reabertura do processo para redefinição dos seus limites;

- 08.09.83, o então diretor da Divisão do Patrimônio Indígena solicitou o arquivamento do processo relativo ao acréscimo à TI Sororó; em resposta à solicitação de revisão da demarcação formulada através das consultorias médica e antropológica ao Convênio CVRD/FUNAI (cf. Ferraz, 1983a e b), a 03.10.83 o ofício enviado à CVRD (1135/DEX/DPI/83) informava, de modo lacônico, que faltava apenas o registro no Serviço do

Patrimônio da União para a regularização fundiária da Terra Indígena Sororó;

- setembro de 1984: relatório de avaliação do Convênio (CVRD/FUNAI), de autoria da pesquisadora Therezinha Baumann (Museu do Índio/FUNAI) revelou "a insatisfação dos *Suruí* em relação à área demarcada" (e homologada) e salientou a obrigação da FUNAI (enquanto órgão tutelar) de rever aquela questão; outros dois relatórios de consultoria à CVRD (cf. Ferraz, 1984a e b) enfatizavam a mesma questão;

- portaria n.1981, de 07.02.85 (gestão Nelson Marabuto) criou na FUNAI um Grupo de Trabalho para realizar finalmente os estudos de redefinição dos limites da TI Sororó, que resultou na proposta com 50.280 hectares, apresentada em março daquele ano (ver Anexo 5, cf. Ferraz, 1985b). Embora requisitado para a realização do levantamento fundiário, o GETAT - que discriminava terras da União para fins de assentamentos na região e acomodação de interesses econômicos em vista do Programa Grande Carajás - não participou do GT (cf. Ferraz, 1985a, c, e);

- (com a Nova República, o GETAT foi extinto e retornou o INCRA); 25.09.86: protocolado no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (gestão Dante de Oliveira) o pedido "Redefinição de Limites da Área Indígena Sororó", formulado pelo Centro de Trabalho Indigenista (SP) que prestava assessoria aos *Suruí* (cf. Ferraz, 1980, 1985c e 1986), solicitando interveniência daquele Ministério;

- abril de 1987: visita à área indígena de representante da Coordenadoria de Terras Indígenas do MIRAD, que resultou na Informação Técnica n. 140 (20.05.87) intitulada "Proposta para retomada do processo de reconhecimento dos direitos territoriais dos *Aikewara*", salientando o dever do Estado (através da FUNAI) em reparar os erros cometidos e a necessidade do INCRA sustar os processos de desapropriação (instaurados pelo GETAT) das Fazendas Fortaleza I, Fortaleza II e Pedra Branca, total ou parcialmente incidentes no território indígena pretendido (v. Anexo 6);

- decreto n.94.945 de 23.09.87 instituiu o "grupão" (com a participação de outros Ministérios e grupos de pressão contrários aos interesses indígenas); impedida a revisão de demarcações de terras indígenas e o processo relativo à TI Sororó foi novamente paralisado;

- entre março e julho de 1988 e à revelia da FUNAI, o MIRAD (gestão Jäder Barbalho) "desapropriou" cerca de 200 mil hectares no interior do chamado "Polígono dos Castanhais"; de modo irregular, cerca de 50 títulos de aforamento, transformados em propriedades privadas, foram adquiridos pela própria União para projetos de assentamento e regularização fundiária; deste modo, os latifundiários regionais (ex-

foreiros) foram premiados com títulos da dívida agrária (TDAs) resgatáveis em cinco anos, pela espoliação das terras e dos castanhais dos *Suruí* e pelo confronto com trabalhadores rurais no chamado "Bico do Papagaio";

- portaria MIRAD n. 1669, de 19.12.88 criou o "Projeto de Assentamento Lagoa Bonita" no chamado "Complexo Almir Queiroz de Moraes", que compreendia os castanhais Fortaleza I e II, José Leandro, Lagoa Bonita, Pedra Branca e Sacrifício, incidentes parcial ou totalmente na porção reivindicada pelos *Suruí* (identificada em 1985); de acordo com informações obtidas no início de 1989 junto à Unidade Avançada do INCRA em São Geraldo do Araguaia, havia uma estimativa de que 400 famílias estariam ocupando a área pleiteada pelos *Suruí* e que, até então, o projeto oficial de regularização fundiária encontrava-se paralisado por falta de recursos (os serviços topográficos foram executados em convênio com o Exército, firmado em dezembro 1990);

- 07.03.89: emissão da Certidão de Registro de Próprios Nacionais sob jurisdição da FUNAI da TI Sororó, no Serviço do Patrimônio da União (SPU);

- decreto n.022, de fevereiro de 1990, possibilitava retomar o processo administrativo de revisão daquela terra indígena; começaram a se verificar entendimentos entre os *Suruí* e representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, alertando-os para as áreas reivindicadas como terra indígena;

- março de 91: encontro na aldeia *Suruí* com o representante da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, tendo em vista o ingresso de ação junto ao Ministério Público Federal pela omissão e violência dos órgãos federais (FUNAI e INCRA) em relação à proteção de seus direitos territoriais;

- 23.04.92: ofício do INCRA/Belém presta algumas informações solicitadas pela FUNAI (DAF) relativas aos projetos de assentamento fundiário na área identificada como terra indígena;

- outubro 92: a pedido dos *Suruí*, o Centro de Trabalho Indigenista (SP) e o Núcleo de Direitos Indígenas (BSB) formalizaram a representação junto ao Ministério Público Federal (iniciada pela SPDDH);

- 12.11.92: em carta redigida na ADR Marabá, assinada por um grupo de jovens *Suruí* e encaminhada à DAF (Brasília), estão apontadas tanto a omissão da FUNAI quanto a "desistência" da reivindicação do acréscimo territorial em troca de "indenização" (com os eventuais recursos destinados ao pagamento das benfeitorias de boa-fé dos ocupantes);

- 24.11.92: a Procuradoria Geral da República solicitou ao INCRA informações relativas aos projetos de assentamento fundiário no chamado "Complexo Almir Queiroz de Moraes" incidentes em terras *Suruí* identificadas (não houve resposta);

- março e maio de 1993: solicitação pelo Departamento de Assuntos Fundiários/FUNAI de pareceres da antropóloga sobre os processos ns. 1778/82 ("Identificação e Delimitação da AI Sororó/PA") e 1494/82, "Homologação da Demarcação Topográfica da AI Sororó/PA" (neste se encontram revelados os equívocos dos procedimentos administrativos, em defesa de interesses de grandes proprietários regionais e em detrimento dos direitos indígenas);

- fevereiro de 1996: disponibilidade de recursos (originários do PPTAL-PPG-7) possibilitaram a retomada do processo de revisão dos limites da TI Sororó; 21.10.96: portaria n.907/Pres. designou a antropóloga consultora para realizar os estudos complementares e atualização dos dados relativos aos *Suruí*, visando adequação do processo ao disposto no decreto n. 1.775/96.

Considerações finais

Conforme indicamos no relatório preliminar de viagem (datado de 11.11.96), as reuniões e discussões que realizamos com os *Suruí* durante a estada na aldeia para tratar da possibilidade de revisão dos limites da TI Sororó, apontaram que estes trabalhos só poderão se dar a partir de uma negociação com os ocupantes de muitas posses nas áreas limítrofes. A hesitação de alguns adultos quanto à revisão, alegando os desmatamentos e a intensa ocupação desses limites, ao lado da reduzida capacidade de enfrentamento (dada a redução numérica atual de adultos aptos a um eventual enfrentamento) apoia-se principalmente na insegurança que os próprios representantes locais da FUNAI manifestam em relação à capacidade de proteção oferecida pelo governo, diante da possibilidade da retomada de procedimentos político-administrativos favoráveis aos *Suruí*.

Diante das informações relativas à disponibilidade de muitos colonos vizinhos em "vender" as suas posses (tal como vem ocorrendo de fato), esclarecemos que, uma vez reconhecidas (as porções de acréscimo) como terra indígena (isto é, da União), o governo não poderia vir a pagar o "valor da terra nua", mas apenas uma indenização por benfeitorias de boa-fé, de acordo com tabelas oficiais utilizadas pelo INCRA.

Face às atuais circunstâncias, discutiu-se detalhadamente sobre a necessidade de elaboração, em campo, de uma nova proposta, uma vez que aquela de fevereiro de 1985 já parece inviável (por exemplo, na localidade chamada "Fortaleza",

situada na foz do rio Caracol ou *Ipirahyeté*, situada no rio Sororozinho/ chamado *Itururu*) - terra indígena usurpada pelo Sr. Almir Moraes ao final da década de 40 - formou-se, segundo os *Suruí*, um povoado com muitas casas e sua remoção traria problemas). Assim, permanecem as reivindicações das áreas remanescentes de floresta (o que ainda resta dos antigos castanhais, no limite oeste, está hoje em poder de Paulo Braga, herdeiro de Antonio Braga) e daquelas, igualmente de ocupação tradicional, que foram destruídas com a formação de pastagens, onde é possível haver recuperação da cobertura vegetal e da fauna, tendo em vista as necessidades protéticas dos *Suruí* e o notável processo de crescimento populacional.

Ficou acertado que a elaboração de uma nova proposta (e levantamento fundiário) viria a ser realizada a partir de maio de 1997, durante a estação seca, quando a locomoção na região é mais fácil, dadas as atuais condições precárias das estradas e pontes; há uma rede de pequenas estradas por exemplo, a oeste, que dá acesso às porções do território *Suruí* passíveis de serem reincorporadas, através de indenizações das benfeitorias de boa-fé.

Para os *Suruí*, "evitar conflitos" ou "o governo é que sabe..." são expressões que remetem ao efetivo apoio dos agentes governamentais neste processo marcado pela omissão que até aqui se verificou. Remetem ainda à efetiva capacidade do governo em promover os reassentamentos necessários, garantindo a sua sobrevivência naquela região, cuja história recente é marcada pelos conflitos pela posse da terra.

Nas reuniões havidas na aldeia, foi ressaltada também pelo chefe *Mairá* a necessidade de a FUNAI custear a manutenção das famílias daqueles membros da comunidade que vierem a participar dos trabalhos, pois a época será coincidente com o início das tarefas para o plantio das roças, comprometendo assim o calendário agrícola do próximo ano.

Ao lado da obtenção das imagens atualizadas de satélite, enquanto instrumental adequado para proceder aos trabalhos, os dados atualizados relativos aos projetos oficiais de assentamento fundiário havidos em área pleiteada pelos *Suruí* (conforme mencionado) deverão ser obtidos junto à Unidade Avançada do INCRA de São Geraldo do Araguaia. No entanto, é provável que dos "colonos" originalmente assentados (conforme o cadastro), poucos sejam encontrados atualmente, dado o processo de reconcentração fundiária que vem se verificando nos últimos cinco anos; com a mobilidade da expansão camponesa (espontânea ou organizada), o que ocorre é a ampliação de desmatamentos e pastagens no entorno, com a formação de "fazendas" (grileiros que "adquirem" posses, acumulando lotes, conforme mencionado).

Um grave problema enfrentado pela comunidade vem sendo a "mobilidade" das cercas das pastagens vizinhas (limites norte, leste e sul) que, a cada ano, adentram mais a terra indígena, além do perigo que representam as queimadas em grandes proporções nessas áreas contíguas aos atuais limites. Qualquer acréscimo à Terra Indígena Sororó permitirá estender uma "faixa de proteção" no entorno, com o objetivo também de prevenir a ocorrência de novos sinistros de proporções extremamente desastrosas para os *Suruí*, tal como o ocorrido em 1995 (7).

Após o nosso retorno da área, fomos informados da existência de um radiograma assinado pelo chefe do PI Sororó (transmitido via fax da ADR Marabá com destino à DAF e presidência da FUNAI), datado de 04.11.96 (ainda nos encontrávamos em Marabá), afirmando uma renúncia "dos índios" em rever a área, face aos possíveis novos problemas que estes procedimentos acarretariam ("esquentação"), ao mesmo tempo em que remete à necessidade de "ajuda de outro tipo" (provavelmente o custeio financeiro de suas atividades econômicas e maior assistência).

Apesar das nossas seguidas solicitações, não tivemos acesso a este documento, cujo conteúdo nos foi transmitido verbalmente, por telefone (através do atual responsável pelo DID). Ao que tudo indica, a pressão de uma minoria no interior da comunidade, sobretudo de indivíduos pertencentes a outros clãs que não o da chefia do grupo (cujos interesses são muitas vezes antagônicos, como afirmamos anteriormente) não expressa a vontade da maioria dos *Suruí* em ver assegurados os seus direitos, de acordo com as reuniões e discussões que tivemos na aldeia.

É provável que os interesses de uma fração estejam mais voltados para a possibilidade da obtenção de recursos financeiros virem a "substituir" a possibilidade de rever os limites da área e retomar a questão que foi, deliberadamente e por tantos anos, objeto de omissão por parte dos órgãos oficiais, com graves consequências para a sobrevivência dos *Suruí*. Lamentavelmente, é provável que este viés tenha sido introduzido na discussão por ocasião da visita de "consultores" (pela Cia. Vale do Rio Doce), que nos precedeu apenas alguns dias na aldeia.

Em nossa estada, procuramos explicitar que se tratavam de DUAS QUESTÕES DISTINTAS que poderiam - na verdade, deveriam - ser complementares e que a ótica dos "projetos especiais"

(7) Conforme vêm observando os técnicos do CAT, dada a devastação sofrida, aquela porção ao sul de Marabá está se caracterizando por ser uma das mais áridas na região, propiciando um número crescente de queimadas virtualmente descontroladas na estação seca.

jamais deveria excluir de suas prioridades esta "pendência" em relação os *Suruí*, forma como a questão fundiária no Sororó era referida nos Convênios CVRD/FUNAI.

Acreditamos que apesar das fortes pressões sobre os membros da comunidade contrárias à revisão dos limites da TI Sororó - há indivíduos mais vulneráveis, exatamente aqueles que estreitaram relações nas vizinhanças ou aqueles que marcam o seu desempenho pela ambigüidade e conseqüente hesitação, muitas vezes dadas as próprias pressões - não eximem os *Suruí*, enquanto povo etnicamente diferenciado, de ter os seus direitos territoriais assegurados, tal como lhes garante a Constituição Federal. Com o apoio e os recursos do PPTAL/PPG-7, o governo brasileiro tem agora a oportunidade de reparar os graves erros cometidos num passado ainda recente em relação aos chamados *Suruí do Pará*.

Referências bibliográficas e documentos citados

BAUMANN, Therezinha B.

1984 - "Informação Técnica relativa ao PI Sororó", DPI/FUNAI, Brasília, mimeo.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

1985 - "Suruí", in Povos Indígenas no Brasil, São Paulo, vol.8, pp. 100-120.

CARVALHO, Frei ANSELMO VILAR DE, O.P

agosto de 1958 - "Notas sobre a cultura material dos índios Muxená", Conceição do Araguaia, mimeo, 29 pp.

FERRAZ, Iara

1976 - "Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gavião/Suruí (PA)", DGPC/FUNAI, Brasília, mimeo.

1980 - "Projeto Suruí", Centro de Trabalho Indigenista, São Paulo, datil.

1983 a) "Situação atual de dois grupos indígenas do sudeste paraense: Gaviões e Suruí. Conv.CVRD/FUNAI, abril, mimeo, 27 pp.

b) "Orientação para a leitura do mapa elaborado por *Warini* (Suruí), para fins de redemarcação da área do Posto Indígena Sororó (PA), Universidade de São Paulo, julho, mimeo, 03 pp. com croquis.

1984 a) "Duplo impacto: o Projeto Carajás e os "projetos de apoio" às comunidades indígenas Gavião e Suruí do Pará", Conv.CVRD/FUNAI, fevereiro, mimeo, 10 pp.

b) Relatório de viagem à Comunidade Indígena Parkatêjê (PI Mãe Maria) e Suruí (PI Sororó), Convênio CVRD/FUNAI, agosto, mimeo, 24 pp.

- 1985 a) "Suruí (*Aikewar*) do PI Sororó: os rumos do "projeto de apoio" e algumas observações acerca do processo de recuperação cultural", Convênio CVRD/FUNAI, fevereiro, mimeo, 10 pp.
- a) "Suruí (*Aikewar*) do Posto Indígena Sororó: no rastro do território tradicional" (relatório conf. Portaria FUNAI 1981/E de 07.02.85), março, mimeo, 17 pp. (com mapa e memorial descritivo).
- b) "Projeto Carajás: os Gavião-Parkatêjê e os Suruí do sudeste do Pará: uma avaliação da assessoria antropológica", agosto, mimeo, 12 pp.
- c) "Suruí do Pará: aspectos de um processo de transformação social entre um grupo Tupi contemporâneo", relatório de pesquisa (CNPQ), Museu Nacional/UFRJ, mimeo, 10 pp.
- d) "A situação atual dos 'Suruí' da Área Indígena Sororó", relatório pelo Convênio CVRD/FUNAI, novembro, mimeo, 12 pp.
- 1986 - "Promessas não cumpridas: os Gavião de Mãe Maria e os "Suruí" do Sororó (PA) avaliam o Convênio CVRD-FUNAI", junho, mimeo, 13 pp.
- 1989 - "*Aikewar*: breve histórico da ocupação territorial e atos administrativos para a demarcação da "Área Indígena Sororó", Centro de Trabalho Indigenista, São Paulo, julho, mimeo, 08 pp.
- 1993 a) "Parecer sobre o Processo Funai 01778/82 - delimitação da AI Sororó", DAF/FUNAI, março, mimeo, 04 pp.
- b) "Parecer sobre o processo Funai 1494/82 - homologação da demarcação topográfica", DAF/FUNAI, maio, mimeo, 06 pp.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

- 1977 - Processos ns. 1490, 3071 e 3639/77 (identificação e delimitação). Setor de Documentação/DAF.
- 1982 - Processos ns. 1494 e 1778/82 (demarcação e homologação). Setor de Documentação/DAF.

LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto

- 1967 - Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins, São Paulo, DIFEL.

QUEIROZ, Renato da Silva

- 1975 - "Relatório de pesquisa antropológica realizada entre os índios Suruí do Estado do Pará", Universidade de São Paulo, mimeo.

RODRIGUES, Aryon D.

- 1984 - "Caracterização dos sub-grupos da família Tupi-Guarani", in Revista de Antropologia, vol.27, São Paulo, 1985.

SANTILLI, Juliana Ferraz e LEITÃO, Raimundo Sérgio B.

1992 - representação da Comunidade Indígena Aikewar (Suruí do Pará) à Coordenadoria de Defesa dos Direitos e Interesses das Populações Indígenas da Procuradoria Geral da República, Núcleo de Direitos Indígenas, Brasília, mimeo.

SIMONIAN, Ligia

1987 - "Proposta para a retomada do processo de reconhecimento dos direitos territoriais dos Aikewara", Informação Técnica n. 140, Coordenadoria de Terras Indígenas, MIRAD, Brasília, maio, mimeo.

SURUÍ, Tiramé

1983 - Carta ao Presidente da FUNAI, maio, 01 página, ms.

VIDAL, Lux

1977 - Morte e Vida de uma sociedade indígena brasileira, São Paulo, HUCITEC.

VIEIRA Fo, João Paulo Botelho

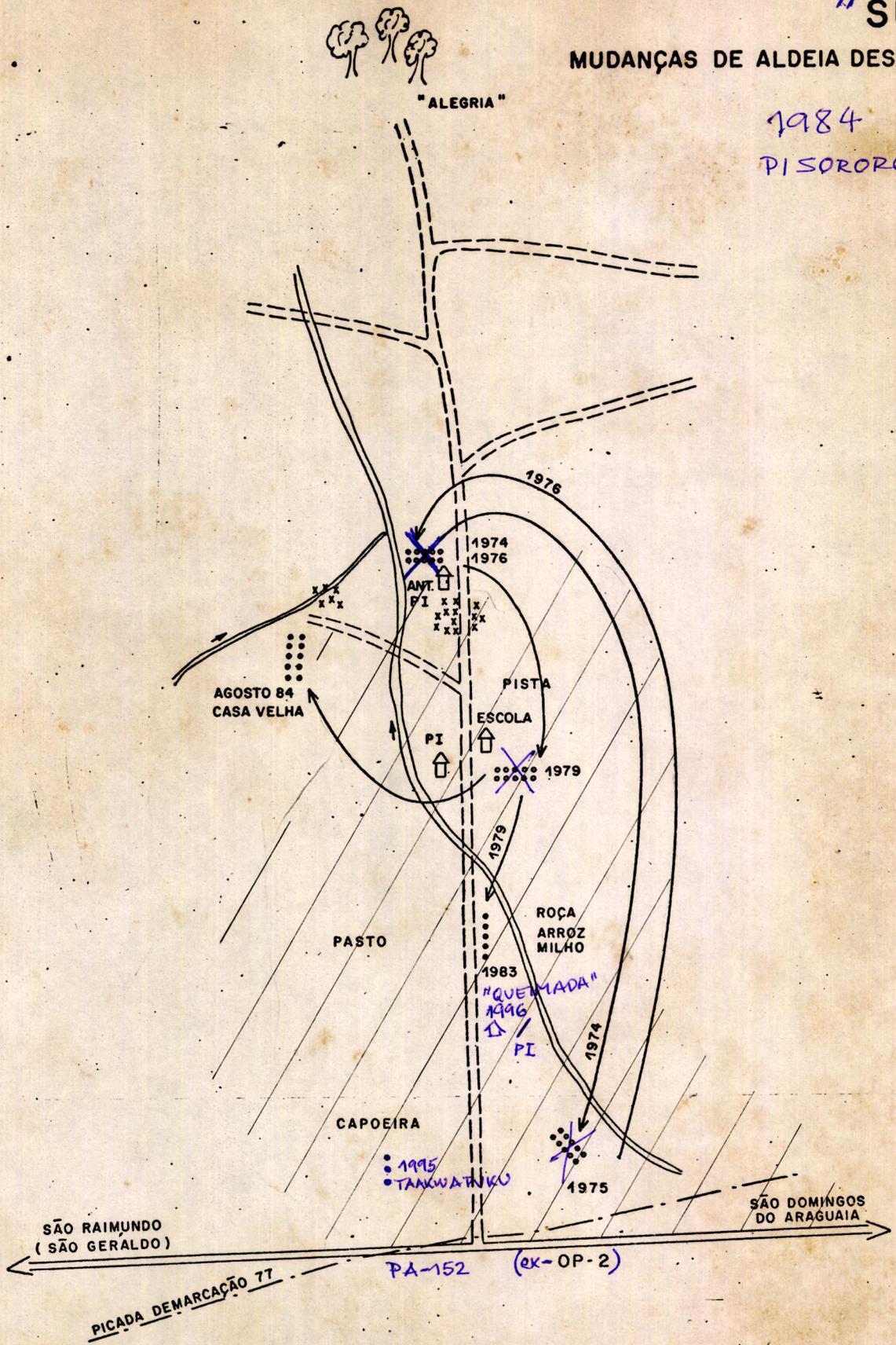
1982 - Carta ao presidente da FUNAI, agosto, 02 pp. com croquis, ms.

1991 - "Visão da Saúde dos Suruí do Sororó (*Aikevara*)", Escola Paulista de Medicina, mimeo, 04 pp.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo

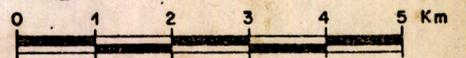
1986 - Araweté, o povo do Ipixuna, São Paulo, CEDI.

1984
PI SORORO/PA



LEGENDA

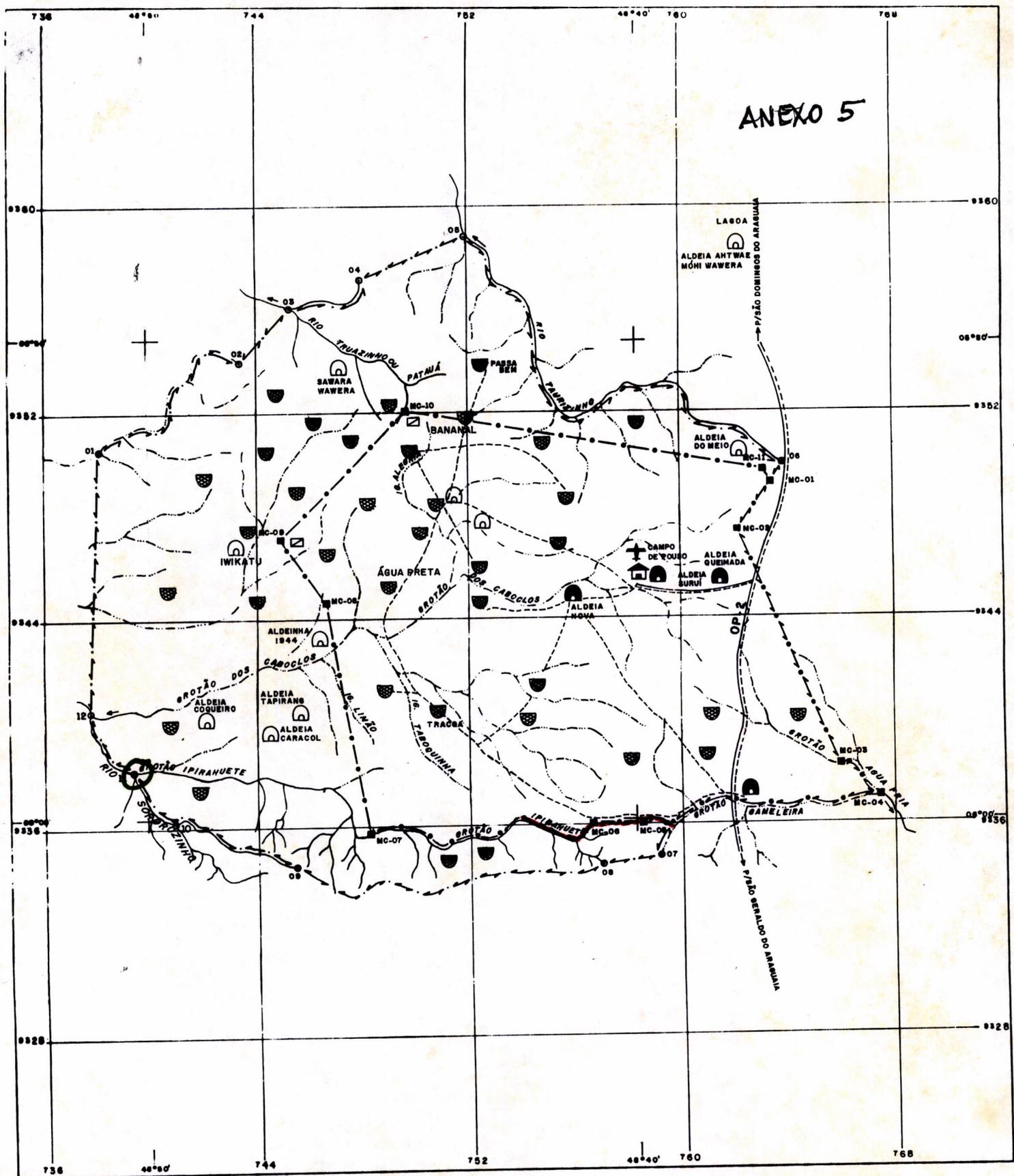
- ALDEIA ANTIGA
- ALDEIA ATUAL
- IGARAPÉ
- ESTRADA
- FRUTEIRAS
- COLOCAÇÃO DE CASTANHAS CASTANHAL
- ÁREA DESMATADA



ESCALA GRÁFICA
1:1000

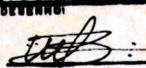
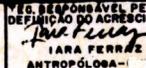
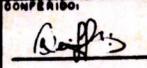
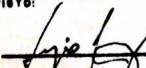
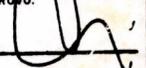
FONTE: IARA FERRAZ
VIAGEM: FEVEREIRO 85
DESENHO: ABRIL 85

ANEXO 5



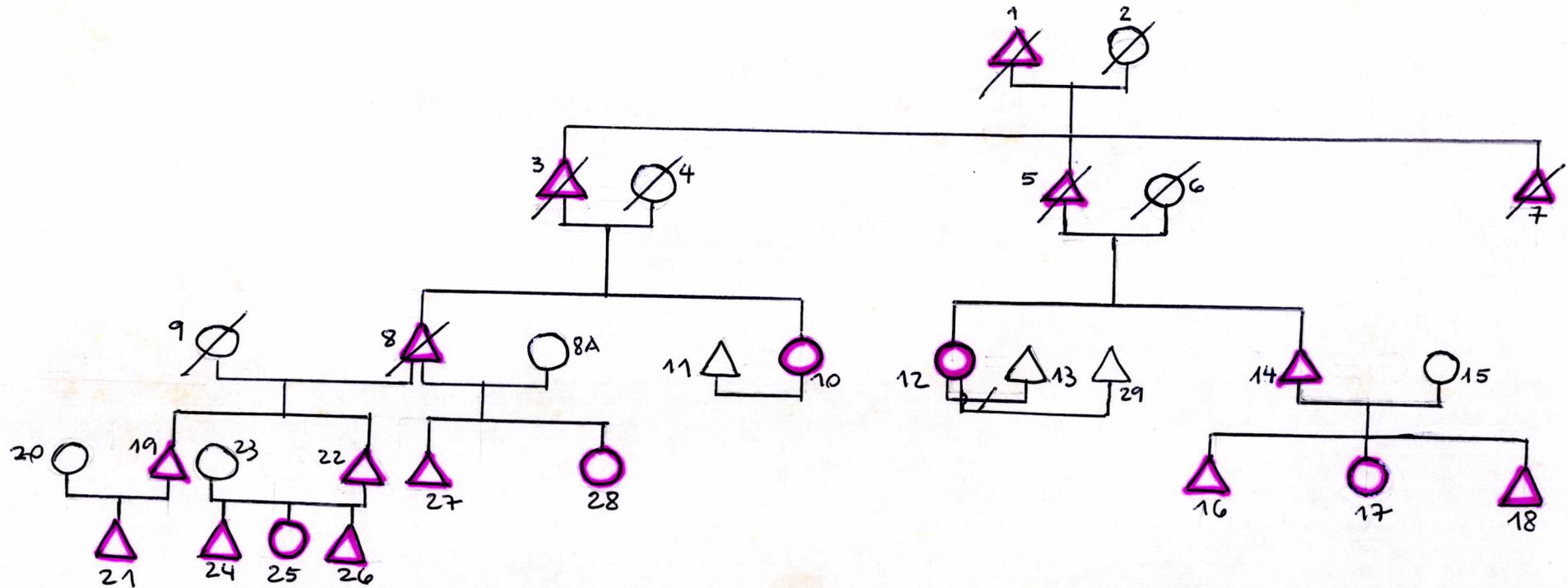
SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DEMARCADA - 26.257,8956
- POSTO INDÍGENA
- ALDEIA INDÍGENA
- ALDEIA INDÍGENA ABANDONADA/ACAMPAMENTO
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE E INTERMITENTE
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SOLTO
- PLACA INDICATIVA E MARCO DE DIVISA
- CAMINHO
- PONTO DEFIDOR DE LIMITE E DIREÇÃO DE CORRENTE
- ÁREA DE ACRÉSCIMO - 24.022,1044
- COLETA DE CASTANHA

 <p>MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI</p>			
DENOMINAÇÃO ÁREA INDÍGENA SORORÓ		PLANTA Nº: DEMARCAÇÃO	
MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO ARAGUAIA		ÁREA: 50.280 ha	PERÍMETRO: 101 Km
UF: PARÁ		ESCALA: 1:200 000	DATA: 22/09/88
Nº. DR: 2º DR		PROCESSO Nº: FUNAI/888/2152/77	
DESSENI:  MARIANA BELMINO MAIA		VIG. RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DO ACRÉSCIMO:  IARA FERRAZ ANTROPÓLOGA	COMPROBADO:  CHEFE DA DIDD
		VISTO:  DIRETOR DA DPI	APROVADO:  PRESIDENTE

1. KOACÍ'ARÚO

(14)

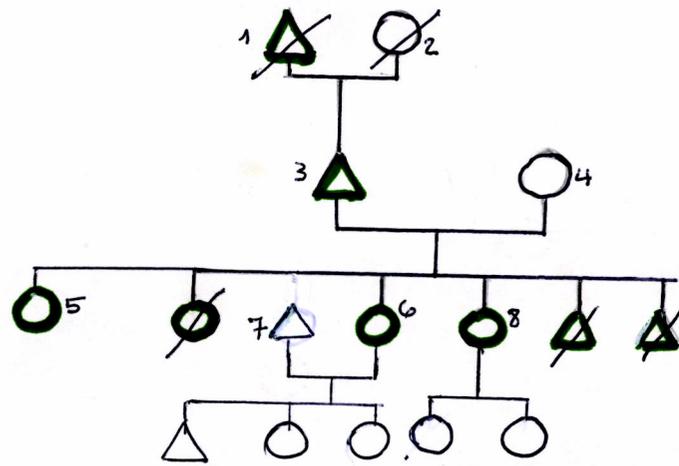


- 19. MAIRÁ
- 20. SVERI
- 21. SAWARAPY
- 22. MAHU
- 23. KWARAMÁ
- 24. ARARUWI
- 25. MUREHÁ'Í
- 26. SARAKU
- 27. MAIRÁU
- 28. MARASSAIÚ
- 29. LUÍS

- 1. MUŠENÁ
- 2. ?
- 3. SARAKU
- 4. TUWÁ
- 5. KWARIKWARA
- 6. KUŠOMARU
- 7. KOATI
- 8. SAWARAPY
- 9. TUMATING
- 8A. INAMUÍ

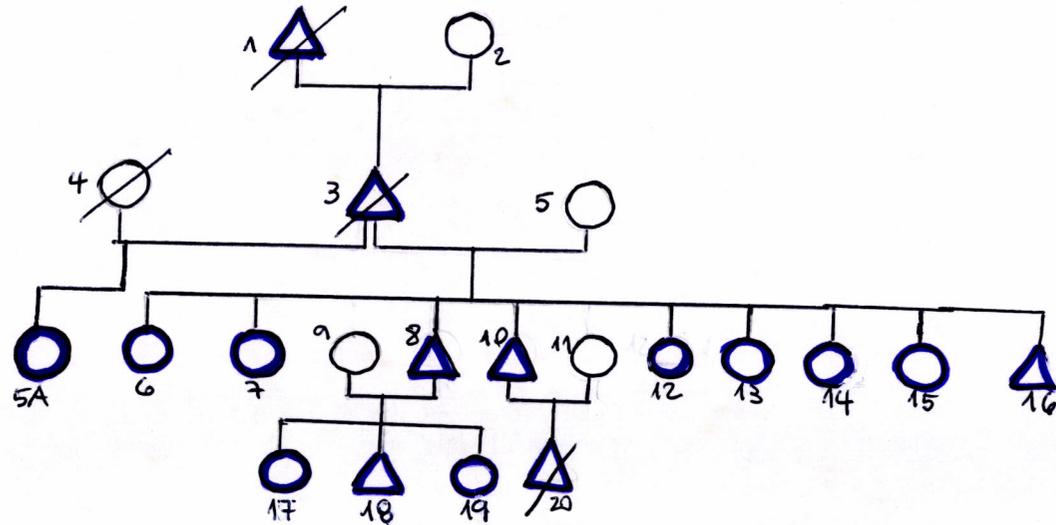
- 10. ROÓPIREME
- 11. TIREMÉ
- 12. TERIWÉRI
- 13. TIBAKU
- 14. API
- 15. IWA'Í
- 16. ITA'Í
- 17. IVANI
- 18. AKWAWEKARA

2- KARAJÁ
(4)



1. IRY
2. RI'ISSÉ
3. UMASSU
4. ARINÉRA
5. IVA'Í
6. AMURENA
7. ANTONIO
8. MUREIRU

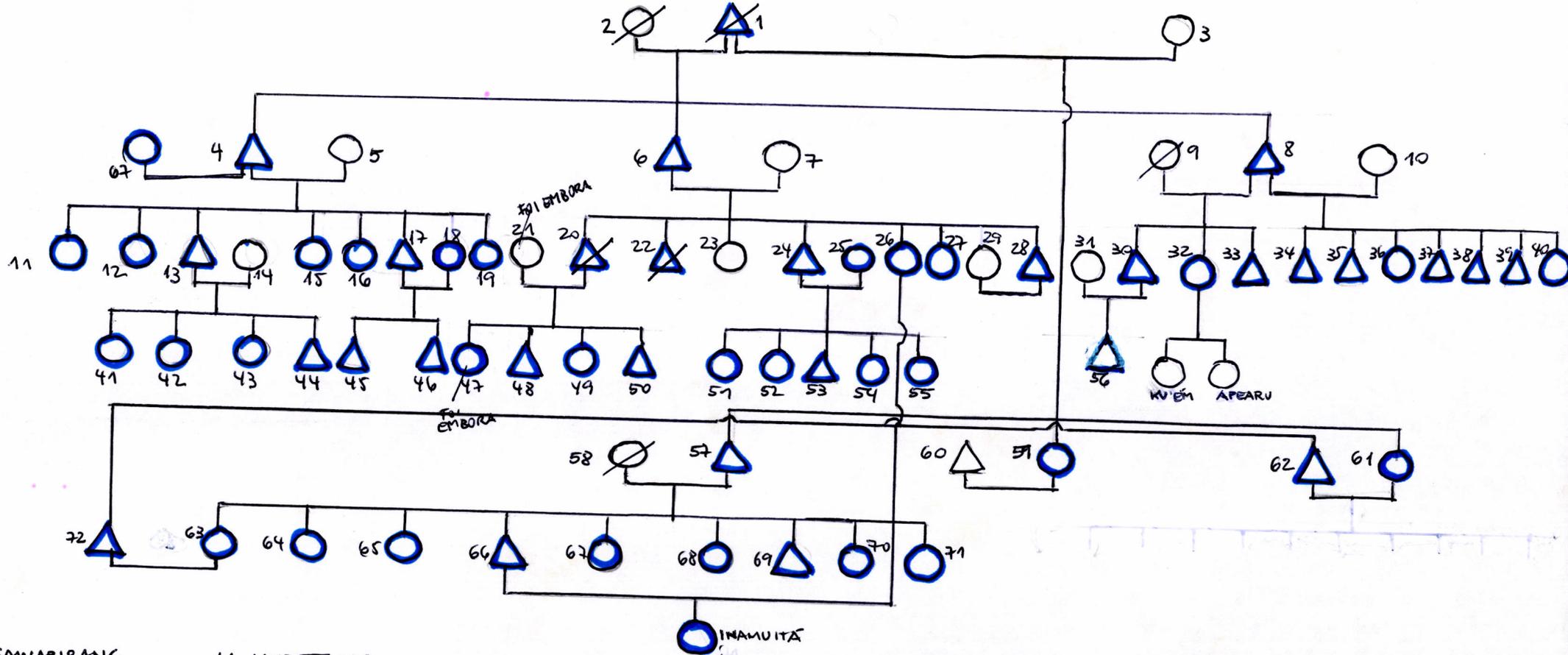
3. YNATAIÚ
(13)



- | | | |
|---------------|---------------|------------|
| 1. ? | 10. AKONGOTI | 19. MAIRAN |
| 2. WA'A | 11. TYMA | 20. ? |
| 3. KUIMOÁ | 12. KUSSOMARU | |
| 4. MURUPUSSUI | 13. ITIOM | |
| 5. MURUA | 14. MASSEIRA | |
| 6. WYRATINGWA | 15. INUWA | |
| 7. KUINA | 16. SARAWYW | |
| 8. MAIRONOHU | 17. MARASSA'I | |
| 9. MAHELOTI | 18. MURUO | |
| 5A. IPURE | | |

4. SAOPAKANIA a)

(57)



- 1. SAWAPIRANG
- 2. KUŠOMARU
- 3. WA'Ā
- 4. SAWARA'Ā
- 5. WA'WAI
- 6. WARINI
- 7. TAHĀ
- 8. ARIKAŠŪ
- 9. WASSAKWAI
- 10. MARIA REGINA

- 11. MURETAMA
- 12. TAREOPIMI
- 13. EHAPIKŌN
- 14. WYRATING'WA
- 15. PIRIVA'I
- 16. ARACI
- 17. TĀH
- 18. ARINŌI (65)
- 19. SAKURĀN
- 20. PYTEMA

- 21. ANA MARIA
- 22. HAWĒ
- 23. SARISSAPUA'
- 24. ARUMĀ
- 25. ARURĒ (64)
- 26. INAMUI'
- 27. WAWERESSU
- 28. TIKANI
- 29. MITŌM
- 30. ARIKAŠĀ

- 31. HŌI
- 32. MURAKŌN
- 33. WARIKATU
- 34. TIAPĒ
- 35. SI'Ā
- 36. A'Ī (IRENE)
- 37. ĀWATIWAI
- 38. ARATUWĒ
- 39. TĀPIUKAW
- 40. HIISĒ

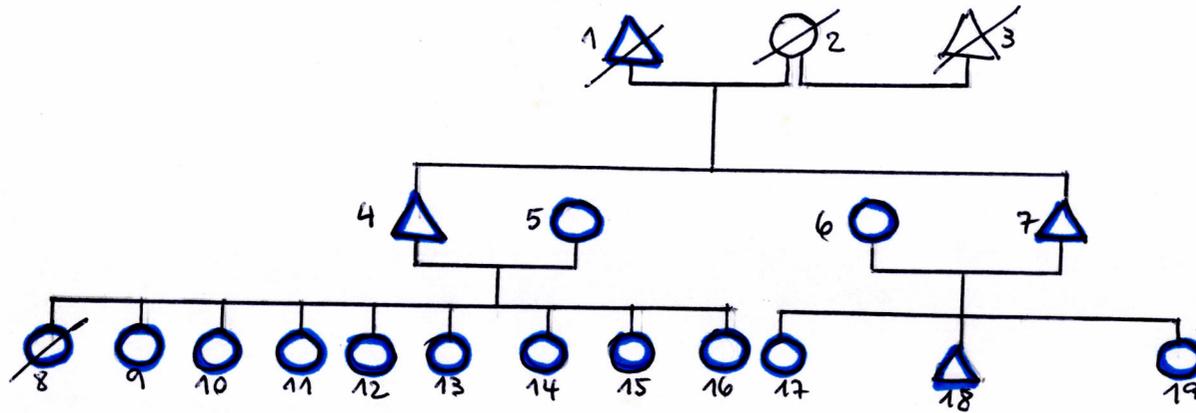
- 41. TYĀPUI
- 42. TYĀ'Ī
- 43. ĀRAKURATING
- 44. TIWAPĒN
- 45. KUPITAW
- 46. URUTĀW
- 47. SARISSAPUA'
- 48. INĀNONU
- 49. TOŌWIRA
- 50. PIAKĀ

- 51. SAIU'Ī
- 52. WYRA
- 53. ARAREHĀ
- 54. SATĀ'AIWI
- 55. SATĀ'AINI
- 56. SAWAPIRANG
- 57. MASSĀRA
- 58. KITI
- 59. ARINHĒRA
- 60. UMASSU

- 61. NERŌN
- 62. MYHO (U-PĀG.SEG)
- 63. SAIU'Ī
- 64. ARURĒ
- 65. ARINŌI
- 66. MŌSSEHĀ
- 67. MURŪĒ
- 68. MURU'Ī
- 69. TAKARUMĀ
- 70. MURU
- 71. KUSSŌTING
- 72. MARĀHI

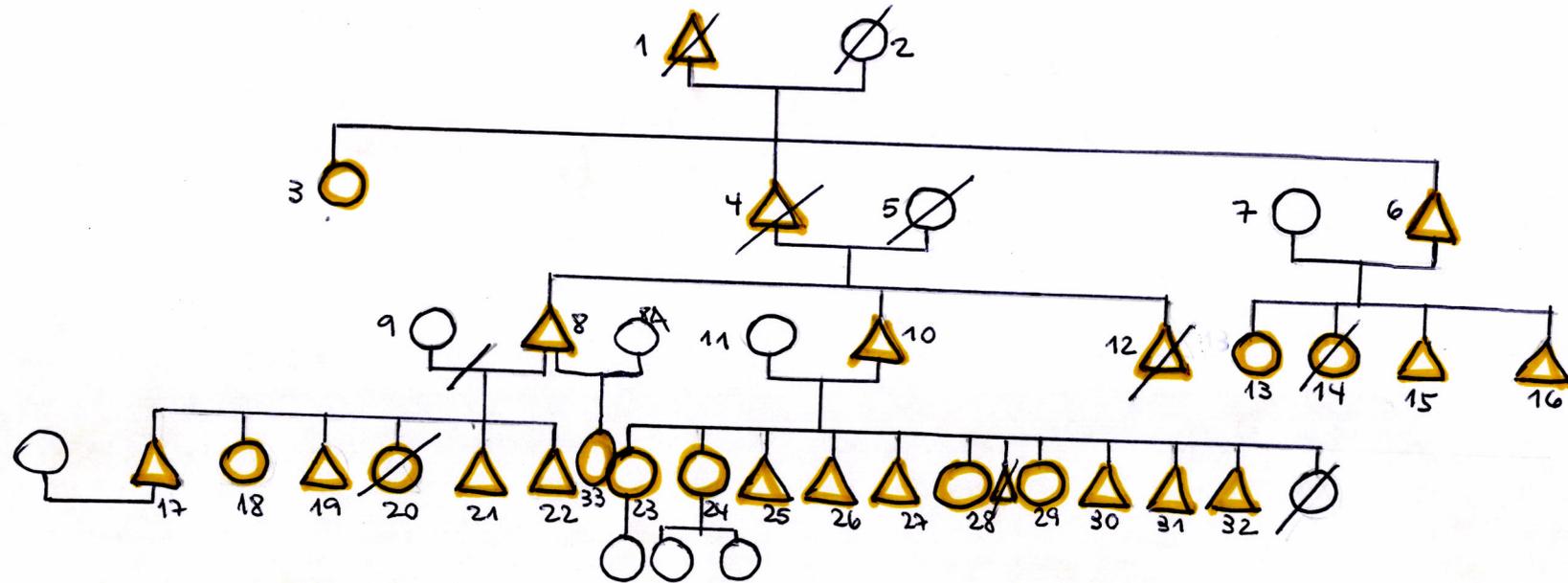
4. SAOPAKANÍA b)

(15)



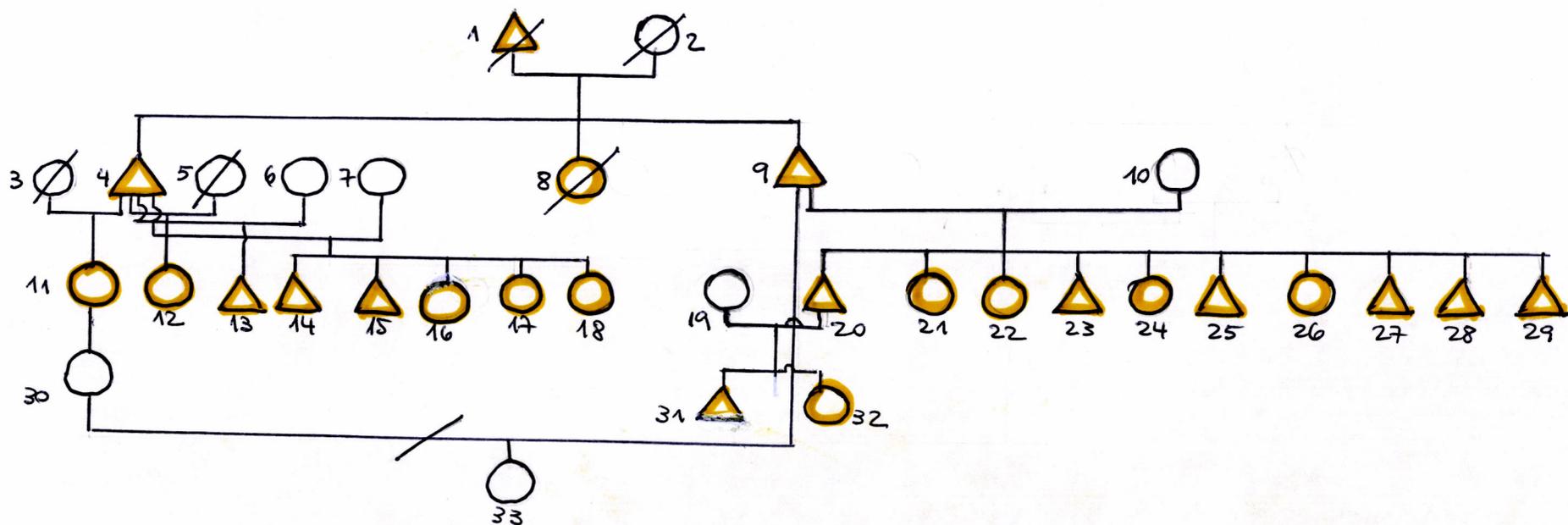
- | | |
|---------------|----------------|
| 1. TAKARA | 10. KWARAMA' |
| 2. MASSEIRA | 11. MYTOM |
| 3. AMONETE | 12. SUERI |
| 4. MYHO | 13. AWAAPI |
| 5. NERON | 14. TYAPI |
| 6. SAIU' | 15. ARAWY |
| 7. MARAHY | 16. WAWERETING |
| 8. AWASSAIMEU | 17. WAWERE |
| 9. HOI | 18. HOITOM |
| | 19. AWASSAIMEU |

5. KA'UÍ a)
(23)



- | | | | |
|----------------|----------------|-----------------|------------------|
| 1? | 9. TERIWÉRI | 17. ALEX | 26. KAPITARA |
| 2? | 10. TIREMÉ | 18. ANA PAULA | 27. WAIMÓN |
| 3. WA'Á | 11. ROÓPIREME | 19. ROBERTO | 28. TIPEPÉU |
| 4. AMONETÉ | 12. YRIKWÁ | 20. TIPEPÉU | 29. TÂNIA |
| 5. MASSEIRA | 13. MUREHAPUÍ | 21. ANDRÉ | 30. SARUANI |
| 6. ANASSA'Í | 14. MURUPUSSUI | 22. AKARAPITANG | 31. AMONETÉ |
| 7. MURETAMA | 15. IMARÉ | 23. TYMÁ | 32. ABÍÁ |
| 8. TIBAKU | 16. YRIKWARÉ | 24. TYRAMOÁ | 33. MURENÁSAWARA |
| 8.A MARIQUINHA | | 25. JURANDÍ | |

5. KA'IÚ b)
(22)

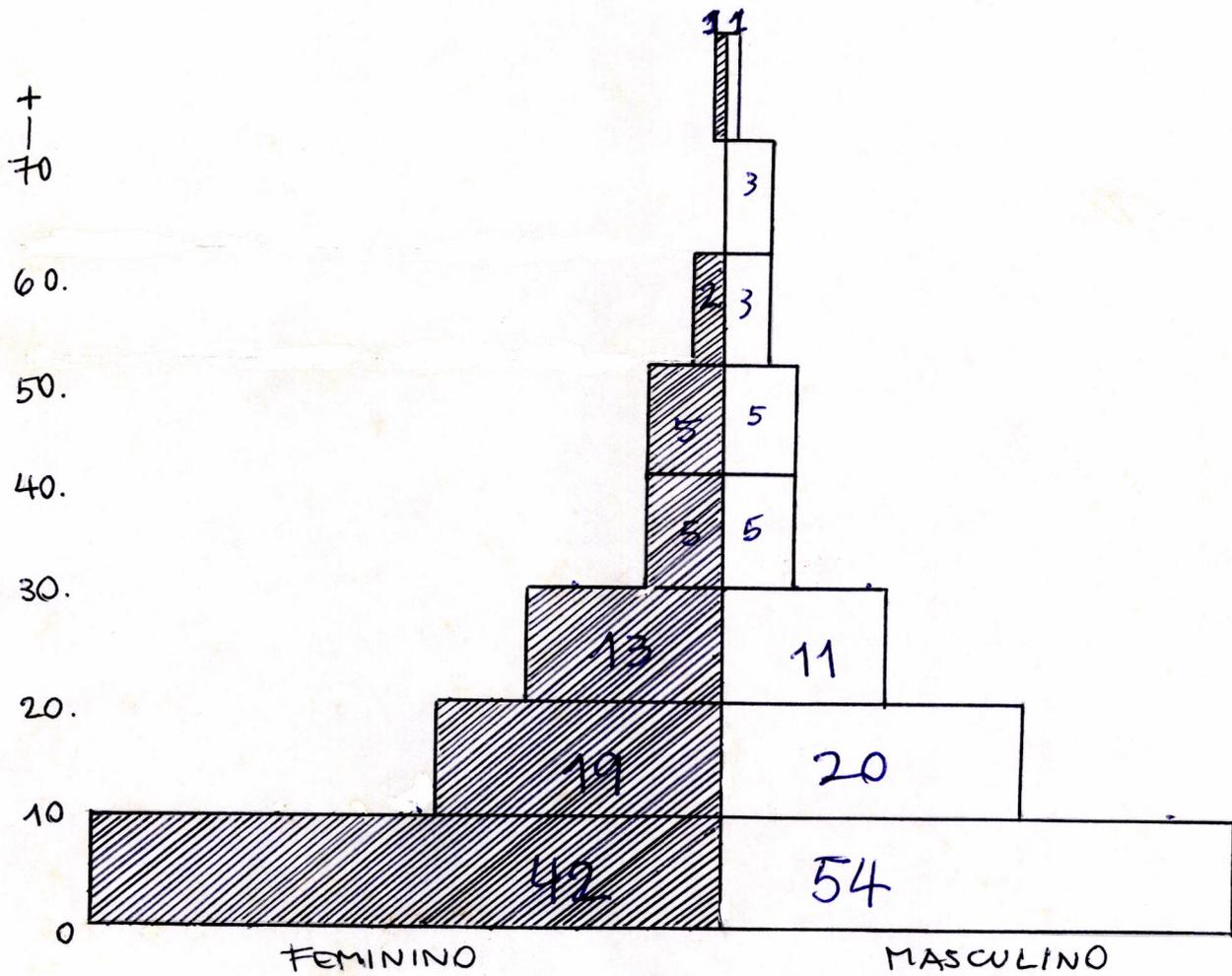


1. NAROÍ
2. MURU
3. TUWA
4. MYKWÁ
5. RIISÉ
6. WA'Á
7. IPURÉ
8. KITI

9. KAKÁ
10. SARISSAPUÁ
11. WA'WAI
12. MURUÁ
13. ITAMARÉ
14. KWATIARI
15. KANAWÁ
16. KÓK

17. TÊRÊPA
18. WERÁWERÁW
19. ARACI
20. AWAPÉW
21. MAHÊI
22. WASSAKWAI
23. AMONISÓATING
24. WASSAPI

25. TIKAHÁ
26. AWAHÊI
27. ARIAPÁ
28. TAKWARUHV
29. SAWARAKUMATING
30. MURETAMA
31. WYRAWPIA'Í
32. TAINÍ
33. TVMIKÓN



189: POPULAÇÃO "SURUI" (01.NOV.96) AIKENAR /
 FONTE: PI SORORÓ / PA

POPULAÇÃO 'SURVÍ' / NOV. 1996

